



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

A Vereadora Rosane Ferreira, no uso de suas atribuições legais e regimentais, submete à apreciação do Plenário a seguinte proposição.

PROJETO DE LEI Nº 59/2021

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a implantar Sistema de Captação, Armazenamento e Reaproveitamento de Água de Chuva nos prédios Públicos Municipais.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo implantar em todos os prédios da Administração Pública Municipal sistema para captar, armazenar e reaproveitar água de chuva.

§ 1º Os projetos de novas edificações Públicas Municipais, deverão prever nos seus editais de licitação a existência de mecanismos para captar, armazenar e reaproveitar água de chuva.

§ 2º O sistema de aproveitamento de água de chuva deve ser adaptado a cada edifício e suas peculiaridades, observando as características de cada local, a capacidade ambiental e técnica, assim como a melhor destinação da água armazenada.

Art. 2º Fica vedada a destinação do recurso de reaproveitamento de água para fins potáveis.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Estabelece-se o prazo de 03 (três anos) para a adaptação dos prédios Públicos Municipais ao sistema de captação, armazenamento e reaproveitamento de Água de Chuva

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Araucária , 23 de abril de 2021

Rosane Ferreira
Vereadora

Assinado por **Cleusa Rosane Ribas Ferreira, vereadora** em 26/04/2021 as 16:19:27.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

JUSTIFICATIVA

O Estado do Paraná vive momento de severa estiagem em todo o seu território, com previsão de tendência de piora da situação, caracterizando estado de escassez hídrica.

Os mananciais estão com seus volumes de água muito abaixo dos níveis prudenciais e necessários.

O agravamento da estiagem no Paraná fez o Governo do Estado decretar situação de emergência hídrica, culminando com a assinatura pelo governador Carlos Massa Ratinho Júnior do Decreto nº 4.626, de 07 de maio de 2020, que através de várias medidas preventivas e restritivas, busca evitar que a população possa ficar sem água por um longo período.

A água é fonte de vida, de saúde, e é um direito básico que deve ser preservado para todas as gerações. A Constituição Federal, em seu artigo 225, obriga ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

A Lei Federal nº 9.433/97 e a Lei nº 12.726/99 que definem as políticas nacional e estadual de recursos hídricos respectivamente, estabelecem nos seus fundamentos que em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e dessedentação de animais.

Combater o desperdício é também um dever institucional. Assim a captação, o armazenamento e aproveitamento da água de chuva nos edifícios públicos é medida necessária a ser tomada para auxiliar a combater a crise hídrica.

O aproveitamento das águas da chuva pode acarretar uma grande economia, não apenas no aspecto financeiro, mas também e principalmente na questão ambiental. É necessário e imprescindível pensarmos em meios de não apenas economizar água, mas também reutilizá-la quando possível, para que este bem não venha a se esgotar de vez.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposição.



Assinado por **Cleusa Rosane Ribas Ferreira, vereadora** em 26/04/2021 as 16:19:27.